Legislação do RICMS 2023

Alteraram o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS:

2026	2025	2024	2023

2026

	Decreto	Publicado em	Assunto
190	49.292/2026	26/09/2026	Aperfeiçoar a redação dada pelo Decreto nº 49.263, de 28/07/2026, aos §§ 2º-A, 4º, 9º, 12, 17 e aos incisos VII e XI do § 26, todos do art. 235 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, em razão de inconsistências formais e de incompletude de seus objetivos.
189	49.285/2026	12/09/2026	O decreto dá nova redação ao Capítulo XVIII da Parte 1 do Anexo VIII do o Decreto nº 48.589, de 2023, para internalizar o Ajuste SINIEF 25/24 e padronizar procedimentos e conceitos, trazendo para o seu bojo os aspectos gerais da consignação mercantil seja no âmbito nacional, seja na exportação para exterior, estabelecendo que será autorizada mediante regime especial concedido pelo Delegado Fiscal para as operações de exportação em consignação com mercadorias destinadas a instituições e intermediadores comerciais situados no exterior realizadas via e-commerce ou via marketplace; por contribuinte do segmento de siderurgia e pelos demais segmentos que o Delegado Fiscal julgar necessário a autorização mediante regime especial.
188	49.281/2026	29/08/2026	Altera a Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para internalizar as disposições do Despacho nº 58, de 5 de outubro de 2023, e dos Protocolos ICMS 62/26, de 1º de julho de 2026, ICMS 68/26, de 1º de julho de 2026, ICMS 73/26, de 1º de julho de 2026, ICMS 75/26, de 1º de julho de 2026 e ICMS 79/26, de 1º de julho de 2026.
187	49.275/2026	12/08/2026	Regulamenta o Protocolo ICMS nº 6, de 9 de fevereiro de 2026, que altera o Protocolo ICMS nº 103, de 16 de agosto de 2012, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com bebidas quentes.
186	49.274/2026	12/08/2026	Altera o Anexo VII para internalizar as disposições dos Protocolos ICMS 40/26 e 48/26, promovendo a atualização do rol de unidades da Federação nos regimes de substituição tributária, com a exclusão do Estado de São Paulo dos âmbitos de aplicação dos Capítulos 19 e 23 da Parte 2 do Anexo VII.
185	49.273/2026	11/08/2026	Internaliza na legislação mineira os Protocolos ICMS n° 08/26 e ICMS 18/26, ambos de 23 de fevereiro de 2026, que excluem a substituição tributária em operações interestaduais com o Estado de São Paulo com produtos alimentícios de que trata o Protocolo ICMS 28/2009 e com cosméticos, perfumaria, artigos de higiene pessoal e toucador de que trata o Protocolo ICMS 36/2009.
184	49.272/2026	11/08/2026	Regulamentar o Convênio ICMS 156/24, que autorizou o estado de Minas Gerais a estender a isenção do imposto também para produtos classificados sob o código NBM/SH 86.01, abrangendo locomotivas e locotratores movidos por fonte externa de eletricidade ou acumuladores elétricos.
183	49.271/2026	08/08/2026	Altera o item 28 do Anexo II e o item 98 do Anexo IX que tratam da redução da base de cálculo e da isenção nas operações com bens e mercadorias importados sob o regime de admissão temporária disciplinada pelo Convênio ICMS 58/99, com redação dada pelos Convênios ICMS 89/25 e 104/25.
182	49.270/2026	04/08/2026	Altera o art. 62 da parte geral e cria o item 24 do Anexo IX ambos do Decreto 48.589, de 2023, para simplificar o cadastro de produtores rurais e também instituir suspensão de cobrança de ICMS na saída de mudas e sementes de Macaúba.
181	49.269/2026	04/08/2026	Concede diferimento do ICMS à maravalha.

	Decreto	Publicado em	Assunto
180	49.263/2026	29/07/2026	Atualização do RICMS, ajustando regras do ICMS para operações de importação, redefinindo os §§ 2º e 4º do art. 130, permitindo desembaraço em outra unidade da Federação com diferimento via ADFE, e modifica o art. 235 para integrar o regulamento estadual ao Portal Único de Comércio Exterior, à substituição da DI pela Duimp e ao e-Comext. Também acrescenta os incisos VII a XI ao § 26 do art. 235, padronizando conceitos de importação. O objetivo é reduzir inconsistências normativas, aumentar segurança a jurídica e tornar mais eficiente o controle e a liberação de mercadorias.
179	49.261/2026	22/07/2026	Internaliza o Ajuste SINIEF 35/25, de 5 de dezembro de 2025 para revogar o § 6º do art. 99 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, visando extinguir a possibilidade de impressão de FS-DA, substituindo-a pela EPEC.
178	49.259/2026	17/07/2026	O decreto tem como finalidade promover a alteração do Regulamento do ICMS de Minas Gerais, especificamente quanto ao tratamento tributário das operações com água mineral ou potável natural acondicionada em embalagem de 20 litros, para delimitar o alcance territorial da redução da base de cálculo e harmonizar as regras de crédito e glosa nas aquisições interestaduais.
177	49.258/2026	17/07/2026	Regulamentação do Convênio ICMS 34/26, de 27 de março de 2026, que revigora e prorroga as disposições do Convênio ICMS nº 139, de 3 de setembro de 2021, que autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder crédito presumido do ICMS equivalente ao montante dispendido na aquisição de selos fiscais para controle e procedência do envase e da circulação no Estado de água mineral, natural ou potável de mesa e adicionada de sais, acondicionadas em embalagens retornáveis ou descartáveis.
176	49.253/2026	30/06/2026	Revogação do Decreto 49.000/2025, a fim de adequar a legislação às decisões proferidas pelo STF na ADI 5.363 e na Reclamação 77.366.
175	49.252/2026	30/06/2026	Regulamentação do Protocolo 36, de 2026, e do Convênio 51, de 2026.
174	49.245/2026	10/06/2026	O decreto tem como objetivo atualizar a legislação tributária estadual de Minas Gerais, com vistas à redução e uniformização das multas aplicáveis sobre tributos e taxas estaduais, nos termos da Lei nº 25.378, de 23 de julho de 2025.
173	49.242/2026	30/05/2026	Altera os itens 28 e 83 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, relativamente aos dispositivos que tratam da concessão da isenção na operação de saída interna ou interestadual de veículo automotor novo, nas aquisições efetuadas por pessoa com deficiência física, visual ou mental severa ou profunda, com síndrome de Down ou autista, e na operação de saída interna ou interestadual promovida pelo estabelecimento fabricante ou por seu revendedor autorizado, de automóvel novo de passageiros, quando destinado a motorista profissional (taxista), respectivamente.
172	49.240/2026	29/05/2026	O Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Ajuste SINIEF 05/21, de 7 de abril de 2022, que institui a Declaração de Conteúdo eletrônica – DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica – DACE, acrescentando o capítulo V ao Título II da Parte 1 do Anexo V, composto pelos arts. 131-A a 131-E.
171	49.236/2026	27/05/2026	Regulamenta o Protocolo ICMS n° 3/26, de 2 de janeiro de 2026 e o Convênio ICMS 24/26, de 11 de fevereiro de 2026, que excluem o Estado do Paraná do Protocolo ICMS nº 192, de 11 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com produtos eletrônicos, eletroeletrônicos e eletrodomésticos e do Convênio ICMS nº 213, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes relacionados no Anexo XX do Convênio ICMS 142/18, respectivamente.

	Decreto	Publicado em	Assunto
170	49.233/2026	21/05/2026	O decreto regulamenta os Protocolos ICMS n° 44/25, de 25 de novembro de 2025, ICMS 55/25, de 9 de dezembro de 2025, ICMS 63/25, de 9 de dezembro de 2025, ICMS 75/25, de 8 de dezembro de 2025, ICMS 80/25, de 9 de dezembro de 2025 e ICMS 84/25, de 9 de dezembro de 2025 que retiram a obrigatoriedade de incidência da substituição tributária em operações interestaduais com o Estado de São Paulo para várias mercadorias de que tratam os referidos protocolos.
169	49.223/2026	29/04/2026	Dispõe sobre a prorrogação de benefícios fiscais do ICMS, em caráter não geral, previstos no Regulamento do ICMS, aprovado em 22 de março de 2023, atualmente com termo final de vigência em 30 de abril de 2026. Trata-se de 8 benefícios fiscais, sendo 2 reduções de base de cálculo (Anexo II), 4 créditos presumidos (Anexo IV) e 2 isenções (Anexo X).
168	49.222/2026	29/04/2026	Internalização das prorrogações de diversos benefícios fiscais feitas pelos Convênios ICMS 10, 13, 14, 19,20 e 21, de 2026, em relação às isenções e reduções de base de cálculo não geral.
167	49.221/2026	29/04/2026	Regulamenta o Convênio 154/25, de 3 de outubro de 2025, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes relacionados no Anexo XX do Convênio ICMS 142/18, alterando o art. 18 da Parte 1 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
166	49.211/2026	02/04/2026	Promove a alteração do inciso I do caput do art. 66 da Parte 1 do Anexo VII do Decreto nº 48.589/2023, com o objetivo de explicitar que o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF) dos sorvetes será divulgado por meio de portaria do Superintendente de Arrecadação e Informações Fiscais, bem como ajustar o item 4 da alínea "c" do inciso II do caput do art. 75 da Parte 1 do Anexo VII, a fim de designar o enquadramento formal do distribuidor exclusivo de medicamentos de uso humano por portaria do Superintendente de Fiscalização, assim como no art. 79 do referido Anexo VII.
165	49.205/2026	1º/04/2026	Altera a redação § 3º do art. 99 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que trata do Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE, para adequar o dispositivo à redação dada pelo Ajuste SINIEF 16/25, de 4 de julho de 2025.
164	49.201/2026	28/03/2026	Altera o art. 153-A da Parte 1 do Anexo VII do RICMS e prorroga a cláusula de produção de efeitos do Decreto nº 49.181, de 20 de fevereiro de 2026.
163	49.199/2026	25/03/2026	O decreto tem por objetivo regulamentar o Ajuste SINIEF n° 04/25, de 11 de abril de 2025, alterando a Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para permitir, de forma alternativa à impressão, a apresentação do DANFE por meio eletrônico em operações realizadas por produtores rurais, salvo em casos de contingência ou quando solicitado pelo adquirente.
162	49.196/2026	24/03/2026	Alterar o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, e o Decreto nº 48.737, de 26 de dezembro de 2023, que alterou o Decreto nº 48.589, de 2023, para incorporar o disposto no Ajuste SINIEF 34/24, que altera o Ajuste SINIEF nº 7, de 7 de abril de 2022, que institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica.
161	49.193/2026	18/03/2026	Altera o subitem 198.1 do item 198 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023 para ampliar as hipóteses de isenção de produtos relacionados a produção de vacina autógena para uso veterinário.
160	49.192/2026	18/03/2026	Regulamentação do Convênio ICMS 56, de 16 de maio de 2024 - Autoriza a concessão de isenção do ICMS nas operações com medicamento destinado a tratamento de distrofia muscular de Duchenne (DMD).
159	49.190/2026	14/03/2026	O decreto regulamenta os protocolos ICMS 19/96, 02/06, 28/08 e 27/24, de 10 de julho de 2024 que dispõem sobre as operações com caminhão, ônibus, micro-ônibus e seus chassis e carrocerias.

	Decreto	Publicado em	Assunto
158	49.183/2026	24/02/2026	O decreto acrescenta o inciso VIII ao caput do art. 2º da Parte 2 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, incluir na EFD o Registro de Movimentação de Combustíveis - LCM, nos termos do ajuste SINEF 14/25.
157	49.181/2026	21/02/2026	Altera os arts. 80 e 87 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que tratam das obrigações acessórias impostas aos estabelecimentos gráficos e envasadores que fabricam e utilizam o selo da água, respectivamente.
156	49.178/2026	20/02/2026	Altera os arts. 80 e 87 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que tratam das obrigações acessórias impostas aos estabelecimentos gráficos e envasadores que fabricam e utilizam o selo da água, respectivamente.
155	49.176/2026	13/02/2026	O decreto tem por objetivo regulamentar o Convênio ICMS n° 56/25, de 11 de abril de 2025, alterando a Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para excluir a palavra "alcóolicas" do item 67.
154	49.175/2026	13/02/2026	Revogação do subitem 22.6 do item 22 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
153	49.171/2026	04/02/2026	O decreto altera os itens 62 e 63 da Parte 1 do Anexo II para prorrogar, até 31 de dezembro de 2026, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2026, a eficácia dos benefícios de redução da base de cálculo do ICMS previstos nos itens 62 e 63 da Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 2023, relativos, respectivamente, às operações internas com Gás Natural Veicular (GNV) e às operações interestaduais de venda de gado bovino provenientes dos municípios mineiros integrantes da RIDE-DF destinadas ao abate no Distrito Federal.
152	49.169/2026	31/01/2026	O decreto cria o Art. 128-A do Decreto nº 48.589, de 2023 e o § 2º ao art. 28 do Decreto nº 44.747, de 3 de março de 2008 e tem como objetivo criar compensação automática do valor pago a maior pelo contribuinte, desde que esteja inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS ou no Cadastro Simplificado do ICMS-Difal. O crédito será utilizado diretamente na apuração do imposto do período subsequente ao pagamento a maior, independentemente de requerimento.

2025

	Decreto	Publicado em	Assunto
151	49.157/2025	31/12/2025	O decreto regulamenta o Convênio ICMS nº 163/25, de 5 de dezembro de 2025, que autoriza a não exigência de estorno proporcional do crédito do ICMS, nos termos que especifica.
150	49.145/2025	23/12/2025	Altera a produção de efeitos de diversos itens da Parte 1 do Anexo II e da parte 1 do Anexo X que tratam de nas saídas dos insumos agropecuários em razão da prorrogação da vigência do Convênio ICMS 100/97 dada pelo Convênio ICMS 79/25.
149	49.140/2025	03/12/2025	Inclusão do § 4º ao art. 90-G da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para autorizar a escrituração consolidada (Registro D750) das NFCom emitidas, excluídas as NFCom de substituição e de ajuste que deverão ser escrituradas individualmente, conforme disposto no Guia Prático da EFD.
148	49.137/2025	29/11/2025	Simplificar e aprimorar os procedimentos relativos à transferência e à utilização de crédito acumulado do ICMS, disciplinados nos arts. 19 e 20-A do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023 (Regulamento do ICMS).
147	49.133/2025	25/11/2025	O decreto altera a redação do Capítulo LIV da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, para regulamentar o Ajuste SINIEF 22/21, de 8 de julho de 2021, que disciplina procedimentos relativos à emissão de documentos fiscais e à regularização das diferenças no preço ou na quantidade de gás natural processado e não processado nas operações de circulação e nas prestações de serviço de transporte de gás natural por meio de modal dutoviário e revoga o Ajuste SINIEF 16, de 26 de agosto de 2014.
146	49.127/2025	15/11/2025	Estabelece a exigência de credenciamento, junto à Secretaria de Estado de Fazenda, das empresas desenvolvedoras de software para emissão da NF-e e da NFC-e, bem como para prever a obrigatoriedade de indicação, nesses documentos fiscais, das informações relativas ao responsável técnico pelo sistema.
145	49.126/2025	14/11/2025	Acrescenta o item 66 à Parte 1 do Anexo II para incluir nas hipóteses de redução de base de cálculo as operações de saídas internas com biogás e biometano, confororme Convênio ICMS 165/24.
144	49.120/2025	06/11/2025	O presente decreto tem por objetivo regulamentar os Protocolos ICMS 16/24, ICMS 17/24 e ICMS 29/24, todos de 10 de julho de 2024, que dispõem sobre a exclusão da aplicação da substituição tributária a operações interestaduais com a mercadoria "instrumento de desenho, de traçado ou de cálculo".
143	49.119/2025	04/11/2025	Regulamentar o Ajuste Sinief 33/2024 que dispõe sobre o procedimento de emissão da Nota Fiscal Eletrônica - NF-e na transferência de créditos da remessa interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de mesma titularidade, nos termos das cláusulas primeira a quarta do Convênio ICMS nº 109, de 3 de outubro de 2024.
142	49.117/2025	31/10/2025	Dispõe sobre as alterações propostas ao art. 447 e ao art. 448 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, as quais têm por finalidade aperfeiçoar a disciplina de credenciamento e de controle da fruição do benefício fiscal relativo à aquisição de óleo diesel “B” pelos prestadores de serviço de transporte rodoviário público de passageiros, beneficiários do crédito presumido do ICMS.
141	49.115/2025	23/10/2025	Acrescenta os itens 58 a 60 na Parte 2 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para incorporar à legislação mineira o teor do Convênio ICMS 75/25, que acrescenta novos itens à lista de produtos destinados à indústria agroquímica importados sujeitos ao instituto do diferimento.
140	49.109/2025	10/10/2025	O decreto altera o item 75 da Parte 15 do Anexo X para retificar o Código NBM/SH do medicamento Pramipexol, conforme Convênio ICMS 153/24.

	Decreto	Publicado em	Assunto
139	49.107/2025	1º/10/2025	Transferência da competência para edição de portarias do Superintendente de Tributação para o Superintendente de Arrecadação e Informações Fiscais e para o Superintendente de Fiscalização, além de promover a alteração na base de cálculo do ICMS-ST nas operações com medicamentos.
138	49.106/2025	27/09/2025	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 78/25, de 4 de julho de 2025, o qual prorroga e altera as disposições do Convênio ICMS 01/99, de 2 de março de 1999, que concede isenção do ICMS nas operações com equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde, até 31 de dezembro de 2026.
137	49.105/2025	27/09/2025	Acréscimo do item 22 no Anexo IX do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023 e do Capítulo LXXIX na parte 1 do Anexo VIII - DA PRODUÇÃO DE OVOS FÉRTEIS MEDIANTE CONTRATO DE INTEGRAÇÃO ENVOLVENDO O TRATO E A ENGORDA DAS AVES POEDEIRAS.
136	49.103/2025	26/09/2025	Altera os §§ 4º e 5º do art. 68 do Anexo VII do RICMS e institui o aplicativo Preço Sugerido para controle e envio da Lista de Preço Final ao Consumidor. Promove, ainda, mudança na ordem de critérios para definição da base de cálculo do imposto prevista no artigo 66 da Parte 1 do Anexo VII do Regulamento do ICMS. O Preço Médio Ponderado a Consumidor Final (PMPF) passa a ser o critério primário, enquanto o preço final sugerido ao consumidor pelo fabricante se torna critério secundário.
135	49.101/2025	25/09/2025	O decreto tem por objetivo excluir as expressões “cama de galinha” e “cama de frango” do item 2 da Parte 3 do Anexo VI do Decreto nº 48.589, de 2023, mantendo apenas o “caroço de algodão”, para adequar o regulamento tributário estadual à legislação sanitária federal.
134	49.099/2025	18/09/2025	Regulamenta os Ajustes SINIEF 01/25, e SINIEF 8/25, ambos de 11 de abril de 2025, que alteram, respectivamente, o Ajuste SINIEF 36/19, de 13 de dezembro de 2019, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CT-e OS, e o Documento Auxiliar do CT-e Outros Serviços e o Ajuste SINIEF 9/07, de 25 de outubro de 2007, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.
133	49.096/2025	16/09/2025	Altera o subitem 1.2 do item 1 do Anexo IX do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, a fim de tonrar obrigatório o uso do Evento da Nf-e "Pedido de Prorrogação".
132	49.095/2025	16/09/2025	O decreto tem por objetivo alterar a MVA referente às operações sujeitas à substituição tributária com rações para animais domésticos para 55,55% conforme autoriza o § 6° da Cláusula segunda do Protocolo ICMS nº 26, de 18 de junho de 2004.
131	49.094/2025	10/09/2025	Altera o §2º do art. 46 da Parte 1 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 2023, para corrigir erro material de remissão.
130	49.093/2025	10/09/2025	Regulamenta o Ajuste SINIEF 9, de 11 de abril de 2025.
129	49.082/2025	07/08/2025	Alterar o art. 33 da Parte 2 do Anexo VIII do RICMS/23, no capítulo referente ao Tratamento Tributário da Carne e Derivados, a fim de propor a extensão do benefício da redução de base de cálculo para saídas promovidas pelos demais estabelecimentos do industrializador, pelos encomendantes da industrialização e pelo detentor de regime especial de atribuição da responsabilidade, na condição de substituto tributário, pela retenção e recolhimento do ICMS devido pelas saídas subsequentes de mercadoria produzida em estabelecimento industrializador.
128	49.073/2025	09/07/2025	O decreto visa, disciplinar as informações relativas a retenção do ICMS relativo ao adicional de alíquotas FEM, bem como a restituição dos valores que se tornaram indevidos em decorrência de fato superveniente (não ocorrência do fato gerador presumido).

	Decreto	Publicado em	Assunto
127	49.068/2025	03/07/2025	O decreto que tem por objetivo alterar o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para: a) corrigir erro material nos incisos I e II do § 3º do art. 17 da Parte 2 do Anexo VIII; b) alterar os subitens 63.3, 64.3 e 65.4 da Parte 1 do Anexo X de forma a padronizar com os demais dispositivos do decreto.
126	49.067/2025	03/07/2025	O decreto, com fundamento no Convênio ICMS 62/23, de 28 de abril de 2023, revoga o Capítulo LXXIV da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS e o Decreto nº 48.644, de 30 de junho de 2023, que dispõe sobre a apuração do ICMS incidente nas operações com biodiesel B100 realizadas com diferimento do imposto e dá outras providências, uma vez que fica inaplicável o diferimento nas operações com biodiesel B100 por ser incompatível com a tributação monofásica prevista na Lei Complementar Federal nº 192, de 11 de março de 2022 e no Convênio ICMS nº 199/22, de 22 de dezembro de 2022 e os efeitos do tratamento tributário diferenciado previsto dos aludidos textos exauriram-se para o estado de Minas Gerais em 31/12/2023.
125	49.066/2025	1º/07/2025	O decreto regulamenta o Ajuste Sinief 07/25 e inclui no § 1º do art. 532 do Anexo VIII disposição que determina ao contribuinte o Código de Situação Tributária - CST - que deverá constar na nota fiscal eletrônica que acoberta o embarque da mercadoria que se destina à venda em voo doméstico.
124	49.065/2025	27/06/2025	Regulamenta os Ajustes SINIEF 23/21, de 03 de setembro de 2021 e SINIEF 45/23, de 8 de dezembro de 2023, que alteram o Ajuste SINIEF 21/10, de 10 de dezembro de 2010, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.
123	49.064/2025	27/06/2025	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 74,24, de 5 de julho de 2024, que altera o Convênio ICMS 18/03, de 4 de abril de 2003, que dispõe sobre isenção do ICMS nas operações relacionadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional, para alterar a redação das alíneas “b” e “c” do item 117, e as subalíneas “a.2”, “b.1.1”, “b.1.2” e “c.1” do subitem 117.3 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 2023.
122	49.063/2025	27/06/2025	O decreto altera a redação do item 19 e subitem 19.1 do Capítulo 8 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para corrigir equivoco de publicação anterior, incluindo novamente o Estado de São Paulo do âmbito de aplicação de Substiuição Tributária do item 19, e incluindo-o no subitem 19.1.
121	49.061/2025	26/06/2025	O decreto tem por objetivo alterar o Anexo III do Decreto 48.589/2023 nos incisos I dos art. 3º e 6º para aclarar os créditos acumulados provenientes de exportações e em razão de diferimento ou de redução de base de cálculo, podem ser utilizados por qualquer estabelecimento do mesmo titular para pagamento do crédito tributário relativo ao ICMS, inclusive multas, juros e demais acréscimos, parcelado ou não, lançado ou espontaneamente denunciado, inscrito ou não em dívida ativa, ajuizada ou não a sua cobrança e alterar os parágrafos 2º e 20 do art. 28 para possibilitar a retransferência entre estabelecimentos do mesmo titular sem regime especial e excetuado dos limites máximos globais e máximos por contribuinte.
120	49.057/2025	13/06/2025	O decreto tem por objetivo corrigir erro formal no § 8º do art. 481 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
119	49.056/2025	13/06/2025	Altera o art. 112 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 2023, a fim de regulamentar o Ajuste Sinief nº 26, de 6 de dezembro 2024.
118	49.055/2025	13/06/2025	O decreto tem por objetivo regulamentar o Convênio ICMS n° 37/25, de 11 de abril de 2025, alterando a Parte 10 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para retificar o nome de um medicamento, bem como acrescentar mais um fármaco como isento.

	Decreto	Publicado em	Assunto
117	49.054/2025	13/06/2025	O decreto dá nova redação ao Capítulo XVIII da Parte 1 do Anexo VIII do o Decreto nº 48.589, de 2023, para padronizar procedimentos e conceitos, trazendo para o seu bojo os aspectos gerais da consignação mercantil seja no âmbito nacional, seja na exportação para exterior, estabelecendo que será autorizada mediante regime especial concedido pelo Superintendente de Tributação as operações de exportação em consignação com mercadorias destinadas a instituições e intermediadores comerciais situados no exterior realizadas via e-commerce ou via marketplace; por contribuinte do segmento de siderurgia e pelos demais segmentos que o Superintendente de Tributação julgar necessário a autorização mediante regime especial. Estabelece, também, que os procedimentos concernentes às obrigações acessórias serão estabelecidos em portaria do Subsecretário da Receita Estadual, e que o regime especial poderá estabelecer procedimentos distintos dos previstos no novo capítulo e na portaria. A medida visa favorecer a desburocratização e promover a redução de custos do processo de exportação, notadamente para o pequeno e médio empreendedor, que atualmente utiliza marketplace.
116	49.051/2025	06/06/2025	O decreto altera Subitem 28.21 e revoga o Subitem 28.12 e a alínea "d" do subitem 28.13 da Parte 1 do Anexo X para excluir a exigência de entrega do DANFE como condição para manutenção do benefício de isenção.
115	49.048/2025	05/06/2025	O decreto tem por objetivo corrigir erro material existente no § 2º do art. 3º da Parte 2 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023. O referido dispositivo menciona equivocadamente o item 21 da Parte 1 do Anexo II do RICMS, quando o correto seria o item 22 da mesma parte.
114	49.047/2025	31/05/2025	Altera os arts. 407-A e 407-C da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, a fim de regulamentar o Ajuste SINIEF 29/24, de 6 de dezembro de 2024, que altera o Ajuste SINIEF nº 2, de 25 de abril de 2024, que dispõe sobre a concessão de regime especial na remessa interna e interestadual de implantes e próteses.
113	49.044/2025	29/05/2025	Altera o item 43 e revoga os itens 128 e 172, todos da Parte 10 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, a fim de regulamentar o Convênio ICMS nº 154, de 6 de dezembro de 2024.
112	49.042/2025	27/05/2025	O decreto excetua as autopeças usadas provenientes de desmonte de veículos da substituição tributária e disciplina o tratamento que deverá ser observado para a restituição do ICMS ST efetivamente recolhido.
111	49.041/2025	24/05/2025	O decreto tem por objetivo regulamentar o Protocolo ICMS 32/24, de 30 de setembro de 2024, que excluiu o Estado do Rio Grande do Sul das disposições do Protocolo ICMS 41/08, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.
110	49.040/2025	23/05/2025	Regulamenta o Convênio ICMS Nº 155, de 6 de dezembro de 2024, que revigora, prorroga, altera e convalida disposições do Convênio ICMS nº 56, de 14 de abril de 2023, que autoriza o Estado de Minas Gerais a conceder isenção do ICMS nas operações destinadas à Fundação Cristiano Varella - Hospital do Câncer de Muriaé.
109	49.036/2025	17/05/2025	O decreto tem por objetivo excluir do Estado do Ceará do âmbito de aplicação 20.2 (Substituição Tributária) do Capítulo 1 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 2023, nos termos do Protocolo ICMS 08, de 2025.

	Decreto	Publicado em	Assunto
108	49.033/2025	13/05/2025	O decreto altera a redação do item 48 da Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para fixar o valor de 60% de redução de base de cálculo na Operação de saída interna ou interestadual de bolas de aço forjadas e fundidas, classificadas no código 7325.91.00 ou 7326.11.00 da NBM/SH, promovida por estabelecimento industrial com destino a empresa exportadora de minério beneficiária de ato concessório expedido pela Secex, que autorize a importação das mesmas mercadorias pelo regime de drawback, facultando que a redução seja ampliada para o percentual de 80%, mediante celebração de Protocolo de Intenções e Regime especial.
107	49.029/2025	06/05/2025	O decreto visa alterar o caput do art. 96 e incluir o inciso VI no art. 102 do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
106	49.028/2025	06/05/2025	A presente minuta visa alterar o caput do art. 96 e incluir o inciso VI no art. 102 do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
105	49.027/2025	30/04/2025	O decreto visa regulamentar o Ajuste SINIEF 22/2024 que dispõe sobre procedimentos nas operações de venda a bordo realizadas dentro de aeronaves em voos domésticos.
104	49.026/2025	29/04/2025	O decreto tem por objetivo alterar o § 4º do art. 448 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto 48.589, de 22 de março de 2023, no sentido de atualizar os respectivos marcos temporais, mantendo-se a sistemática atual.
103	49.021/2025	11/04/2025	O decreto corrige erro formal na regulamentação do Convênio ICMS 81/24, de 5 de julho de 2024.
102	49.020/2025	11/04/2025	O decreto altera, especificamente o item 28 da Parte 1 do Anexo VI, referente ao diferimento do ICMS nas operações com minério de ferro e outras substâncias minerais no Estado.
101	49.015/2025	08/04/2025	O decreto incorpora ao Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, as disposições do Convênio ICMS 181/24, estabelecendo a substituição tributária nas operações de remessa interestadual para estabelecimento situado em Minas Gerais e de importação com nafta não petroquímica.
100	49.012/2025	1º/04/2025	O decreto concede redução da base de cálculo do ICMS nas operações de importação realizadas por remessas postais ou expressas, de forma que a carga tributária seja equivalente a 17%, conforme autorizado pelo caput da cláusula primeira do Convênio ICMS 81/23, de 22 de junho de 2023, com a redação dada pelo Convênio ICMS 135/2024, de 6 de dezembro de 2024.
99	49.001/2025	27/02/2025	O decreto altera o item 48 da Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para ampliar o percentual de Redução da Base de Cálculo para 80%, além de exigir formalização de regime especial.
98	49.000/2025	27/02/2025	Altera itens do Anexo II e cria o Capítulo XII na Parte 1 do Anexo VIII.
97	48.999/2025	26/02/2025	Altera o Regulamento de ICMS para retirar expressões declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5363.
96	48.998/2025	26/02/2025	O decreto tem por objetivo incorporar ao Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, as disposições dos Convênios ICMS 174/24 e ICMS 178/24 que, respectivamente: 1. acrescenta outros veículos para transporte de mercadorias, unicamente com motor elétrico para propulsão, exceto veículo de peso em carga máxima superior a 3,9 toneladas, código NCM/SH 8704.60.00, como mercadoria sujeita à substituição tributária; 2. acrescenta o papel higiênico folha quádrupla – item 43.0 do Anexo XIX – Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal e Cosméticos – do Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018, como mercadoria sujeita à substituição tributária.).

	Decreto	Publicado em	Assunto
95	48.990/2025	1º/02/2025	Promove alterações e revogações no Anexo III do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para aprimorar e corrigir a redação de dispositivos relativos à transferência de crédito do ICMS.
94	48.989/2025	1º/02/2025	O decreto altera dispositivos dos Anexos VII e VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, com a intenção de coibir prática de sonegação fiscal envolvendo distribuidores hospitalares.

2024

	Decreto	Publicado em	Assunto
93	48.974/2024	28/12/2024	O decreto visa estabelecer modelo eletrônico para a opção pela equiparação da tributação nas transferências de mercadorias entre estabelecimentos titular e disciplina aplicável aos regimes especiais que disponham sobre a referida transferência.
92	48.972/2024	28/12/2024	O decreto tem por objetivo incorporar à legislação o Convênio ICMS nº 171, de 06 de dezembro de 2024, que promove alterações no Convênio ICMS nº 34, de 7 de abril de 2022, acrescentando autorização para a dispensa de pagamento do ICMS diferido na importação e posterior saída em transferência para outros estabelecimentos de mesmo titular.
91	48.971/2024	28/12/2024	O decreto, com fundamento no caput e no § 4º do art. 8º da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e Convênio ICMS 135/24, de 06 de dezembro de 2024, internaliza na legislação mineira a adoção do percentual estabelecido pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados – Comsefaz, de forma que a carga tributária resulte em 20% (vinte por cento) do valor da operação de importação.
90	48.970/2024	27/12/2024	O decreto tem por objetivo incorporar ao Regulamento do ICMS as disposições dos Convênios ICMS nº 133/24 e 143/24.
89	48.968/2024	24/12/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 112/24, de 25 de outubro de 2024, que autoriza a dispensa do recolhimento do ICMS diferido na operação de saída de energia elétrica destinada a rede de distribuição, gerada pela unidade consumidora com microgeração ou minigeração de energia elétrica solar fotovoltaica, participante do sistema de compensação de energia elétrica, de que trata o item 181 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, na quantidade correspondente à energia elétrica efetivamente compensada.
88	48.967/2024	24/12/2024	O decreto inclui os §§ 7º e 8º no art. 48 do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta ICMS, para disciplinar a escrituração dos documentos fiscais nas hipóteses de devolução de mercadorias quando o contribuinte que apura o imposto pelo sistema normal de débito e crédito devolver a mercadoria adquirida de microempresa ou empresa de pequeno porte e estorno, no caso o contribuinte ter se creditado do valor do imposto na entrada da mercadoria.
87	48.959/2024	17/12/2024	Altera o Decreto nº 48.589, de 2023, acrescentando a alínea “u” ao inciso I do caput do art. 70, bem como o §13 ao mesmo artigo, para regulamentar as alterações promovidas na Lei nº 6.763 pela Lei nº 24.967, que dispõe acerca da punição, relativa à suspensão ou cancelamento da inscrição do contribuinte no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, por adulterar hodômetro de veículo automotor, bem como pela comercialização ou distribuição de hodômetro adulterado.
86	48.957/2024	14/12/2024	Altera diversos dispositivos do RICMS/2023 visando corrigir erros formais e de mérito. Minuta 02 de retificação / correção do Regulamento.
85	48.955/2024	09/12/2024	Altera diversos dispositivos do RICMS/2023 visando corrigir erros formais e de mérito.
84	48.952/2024	03/12/2024	Em observância ao disposto no Ajuste SINIEF 49/23, de 8 de dezembro de 2023, que altera o Ajuste SINIEF 7/22, que institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – NFCom, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – DANFE-COM, altera o parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 48.737, de 26 de dezembro de 2023.

	Decreto	Publicado em	Assunto
83	48.951/2024	03/12/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 45/23, de 14 de abril de 2023, que altera o Convênio ICMS 95/12, de 28 de setembro de 2012, que dispõe sobre a concessão de redução de base de cálculo do ICMS nas operações de saída de veículos militares, peças, acessórios e outras mercadorias que especifica, realizadas pelo estabelecimento industrial fabricante com destino ao Ministério da Defesa e seus órgãos, para acrescentar as alíneas "g" a "j" ao item 51 e alterar a redação do subitem 51.6. na Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.
82	48.950/2024	03/12/2024	O decreto altera a Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, como parte da adequação da legislação ao novo sistema mineiro integrado ao Siscomex, denominado e-Comext. Dessa forma, quando o desembaraço aduaneiro ocorrer em território deste Estado, relativamente à autorização prévia da GLME, do DAE e da GNRE passaremos a ter duas hipóteses: a dispensa da autorização prévia, quando realizada via PCCE do Pucomex ou o tratamento prioritário para emissão da autorização prévia, quando realizada via e-Comext.
81	48.949/2024	03/12/2024	Acrescenta os itens 197 e 198 ao Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS. Institui duas novas hipóteses de isenção.
80	48.948/2024	30/11/2024	O decreto tem por objetivo alterar o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para: 1 – no § 7º do art. 153-A, estabelecer que na hipótese da operação anterior à transferência interestadual ter sido alcançada pelo diferimento do ICMS, o contribuinte deverá considerar o valor do imposto diferido no valor do crédito a ser transferido. Na hipótese, o recolhimento do ICMS diferido se faz com inclusão do respectivo valor no ICMS a ser transferido, conforme § 1º do art. 136 do referido decreto; 2 – no § 3º do art. 22 da Parte 1 do Anexo VII estabelecer que na transferência interestadual de mercadoria para estabelecimento do mesmo titular, o valor do crédito do ICMS informado ou destacado na nota fiscal de transferência poderá ser deduzido do ICMS devido pelas operações subsequentes, vedada a apropriação do crédito pelo estabelecimento destinatário da transferência; 3 – revogar o art. 47-A, tendo em vista a nova disciplina trazida pelo Convênio ICMS 109/24, de 3 de outubro de 2024, disciplinando as transferências de crédito relativo às operações anteriores nas transferências interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular. Para usufruir de crédito presumido o contribuinte deverá efetuar a opção pela equiparação da transferência da mercadoria à operação fato gerador de imposto, conforme art. 153-B do referido Decreto.
79	48.946/2024	27/11/2024	Altera o item 28 da Parte 1 do Anexo VI do RICMS a fim de alterar as regras para diferimento nas operações de saída de minério de ferro e outras substâncias minerais ou fósseis.
78	48.931/2024	31/10/2024	O decreto altera dispositivos do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Ajuste SINIEF 02/2024, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário especial na remessa interna e interestadual de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME a serem utilizados em hospitais ou clínicas médicas, no tratamento cirúrgico ou pós cirúrgico de pacientes e que revogou o Ajuste SINIEF 11/2014, de 15 de agosto de 2024.
77	48.930/2024	31/10/2024	O decreto tem por objetivo incorporar na legislação tributária mineira as disposições do § 5º do art. 12 da Lei Complementar Federal nº 87, de 1996, e do Convênio ICMS 109/24, sobre transferência de créditos do ICMS relativos às operações e prestações anteriores na saída de mercadoria em transferência para outro estabelecimento do mesmo titular.

	Decreto	Publicado em	Assunto
76	48.927/2024	24/10/2024	O decreto, altera a Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para regulamentar as alterações promovidas no Ajuste SINIEF 19/16, que instituiu a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica.
75	48.926/2024	24/10/2024	O decreto altera o caput do art. 39 do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para atualizar o marco temporal para a transferência do crédito acumulado de ICMS em estabelecimento enquadrado como industrial sistemista, de novembro de 2021 para julho de 2024.
74	48.923/2024	19/10/2024	O decreto altera a Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar os Ajustes SINIEF 46/23, de 8 de dezembro de 2023 e SINIEF 17/24, de 5 de julho de 2024, que alteram o Ajuste SINIEF 09/07, de 25 de outubro de 2007, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico – CT-e e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico – DACTE.
73	48.922/2024	19/10/2024	O decreto altera a Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, para adequar a legislação ao novo sistema mineiro integrado ao Siscomex, denominado e-Comext, desenvolvido para facilitar e agilizar o atendimento dos importadores e seus representantes na liberação da mercadoria estrangeira.
72	48.917/2024	17/10/2024	O decreto altera os artigos 447 e 448 do capítulo LXIII da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023 nos seguintes termos: 1) gradação nas sanções por descumprimento dos dispositivos do capítulo LXIII da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, com a possibilidade de suspensão do credenciamento e a sua reativação em prazo menor do que o anteriormente previsto quando a falta cometida for de natureza leve; 2) hipótese de credenciamento para novos prestadores de serviços de transporte rodoviário público de passageiros que ainda não apresentam média de consumo e não satisfazem o critério anteriormente existente; e 3) causas de alteração no volume máximo de combustível a ser adquirido considerando também critérios qualitativos da frota, facilitando tanto para os contribuintes quanto para o controle fiscal.
71	48.913/2024	11/10/2024	O decreto altera o caput e o § 2º do art. 86, bem como o caput e o § 1º do art. 87, todos da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, a fim de conciliar e adequar a redação dos aludidos dispositivos com o art. 85 do mesmo diploma legal, que foi recentemente modificado pelo Decreto nº 48.847, de 25 de junho de 2024.
70	48.911/2024	08/10/2024	O decreto visa incluir o subitem 22.7 e alterar a redação da alínea "b" do subitem 22.1 da Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para determinar que a redução da base de cálculo do ICMS nas operações de saída internas dos produtos alimentícios especificados, relativamente aos itens 6, 7, 39 a 41 e 62 da Parte 6 do referido anexo se aplica também às operações com produtos provenientes de outra unidade da Federação que sejam, no mínimo, processados no Estado, desde que o contribuinte seja optante pelo crédito presumido de que trata o item 2 da Parte 1 do Anexo IV do Decreto nº 48.589, de 2023, e às operações subsequentes com a mesma mercadoria.
69	48.909/2024	07/10/2024	O decreto revoga o § 1º do art. 46 da Parte 1 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, tendo em vista a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça nos REsp 2.034.975/MG, REsp 2.035.550/MG e REsp 2.034.977/MG que definiu em recurso repetitivo o Tema 1.191 - "Na sistemática da substituição tributária para frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, é inaplicável a condição prevista no art. 166 do CTN".

	Decreto	Publicado em	Assunto
68	48.905/2024	03/10/2024	O decreto visa acrescentar o art. 4º-A na Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Ajuste SINIEF 14/2024, que dispõe sobre o procedimento de devolução simbólica decorrente da não entrega ao destinatário originário e operação posterior a destinatário diverso.
67	48.901/2024	24/09/2024	O decreto regulamenta os Ajustes, SINIEF 24/22, de 1º de julho de 2022, SINIEF 31/22 e SINIEF 40/22, de 23 de setembro de 2022, SINIEF 49/22, de 9 de dezembro de 2022, SINIEF 50/22, de 9 de dezembro de 2022, SINIEF 12/23, de 14 de abril de 2023, SINIEF 21/23 e SINIEF 25/23, de 4 de agosto de 2023.
66	48.900/2024	24/09/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 193/23, de 8 de dezembro de 2023, que altera o Convênio ICMS nº 87/02, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, acrescentando os itens 267 e 268 à Parte 15 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
65	48.899/2024	24/09/2024	O decreto regulamenta o Ajuste SINIEF 20/22, de 1º de julho de 2022, que altera o Ajuste SINIEF 02/93, de 9 de dezembro de 1993, que disciplina procedimentos fiscais a serem observados na prática de operações de consignação mercantil, para incluir o § 5º ao art. 184 do Capítulo XVIII da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, com o objetivo de obrigar o consignatário a emitir nota fiscal de entrada para acobertar as operações referidas no caput e no § 2º do dispositivo, quando o consignante for Microempreendedor Individual – MEI.
64	48.894/2024	14/09/2024	O decreto visa alterar a redação do § 3º do art. 20-A do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para reduzir o percentual autorizado para transferência ou utilização de crédito acumulado de ICMS, a um mesmo contribuinte, a cada ano, nos termos dos arts. 19 e 20 deste anexo, para 10% (dez por cento).
63	48.889/2024	30/08/2024	O decreto altera os capítulos 3, 8 e 17 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, e os capítulos 1 e 6 da Parte 3 do Anexo VII do mesmo Decreto nº 48.589, de 2023, para regulamentar as alterações propostas pelo Convênio ICMS 95/24, de 5 de julho de 2024, que promoveu modificação no Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018 e pelo Protocolo ICMS 19/24, de 10 de julho de 2024, que modificou o Protocolo ICMS nº 27, de 5 de junho de 2009.
62	48.884/2024	27/08/2024	O decreto regulamenta o disposto no Convênio ICMS 94/24, de 05 de julho de 2024, que prevê a exclusão do Estado de Alagoas do Convênio ICMS nº 213/17, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações com aparelhos celulares e cartões inteligentes relacionados no Anexo XX do Convênio ICMS 142/18, alterando o âmbito de aplicação do subitem 21.4 do Capítulo 21 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta ICMS.
61	48.882/2024	22/08/2024	Altera os itens 23, 30, 34, 35, 60, 81 e 108, acrescenta os itens 170, 171 e 172 e revoga os itens 31, 32, 65, 101, 107, 110, 111, 129, 142, 150, 160 e 166, todos da Parte 10 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Convênio ICMS 146/23, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção do ICMS nas operações com medicamentos destinados ao tratamento de câncer**.**
60	48.881/2024	20/08/2024	O decreto visa adequar a Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 2023, às alterações promovidas pelo Protocolo ICMS 28/23, de 13 de dezembro de 2023, relativamente às operações que antecedem a exportação de chassi de ônibus e de micro-ônibus.

	Decreto	Publicado em	Assunto
59	48.880/2024	10/08/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 199/23, de 8 de dezembro de 2023, que altera o Convênio ICMS 52/91, de 26 de setembro de 1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas, alterando os seguintes dispositivos constantes na Parte 5 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS: - no subitem 14.19, para acrescer a NCM/SH 8467.29.99 e alterar a descrição da mercadoria; - no item 17, para alterar a descrição.
58	48.879/2024	10/08/2024	O decreto acresce o item 196 à Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que trata das isenções do ICMS, para disciplinar o Convênio ICMS 61/24 que autoriza os Estados signatários a conceder isenção do ICMS na operação de saída interna com sucata, apara, resíduo ou fragmento, promovidas por cooperativas e associações de catadores e na entrada dessas mercadorias quando adquiridas de catador associado ou cooperado.
57	48.878/2024	09/08/2024	O decreto altera dispositivos do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 2023, que disciplina a transferência e a utilização de crédito acumulado de ICMS, aprimorando as regras que que tratam da autorização para para investimentos em projetos de expansão de estabelecimentos localizados no Estado, com o objetivo de incentivar os estabelecimentos industrial, extrativista mineral ou vegetal, fornecedores de energia elétrica, prestadores de serviço de comunicação, de cooperativas de produtor rural ou de produtor rural inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado de Minas Gerais em fase de expansão.
56	48.876/2024	09/08/2024	Visa estabelecer ajustes na disciplina relativa às transferências entre estabelecimentos do mesmo titular, com não incidência do ICMS.
55	48.875/2024	07/08/2024	Permitir ao contribuinte que altere a apresentação da mercadoria apropriar o imposto retido ou recolhido por ST e utiliza-lo para pagamento do ICMS ST devido na saída da mercadoria.
54	48.874/2024	06/08/2024	O decreto altera o inciso II do § 9º artigo 235 Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para ampliar o universo em que a quantidade igual ou superior a quarenta de Declarações de Importação será promovida pelo importador nos trezentos e sessenta e cinco dias imediatamente anteriores à data do requerimento.
53	48.867/2024	24/07/2024	O decreto altera o art. 35 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Convênio ICMS 156/23, que altera o Convênio ICMS 126/98, que autoriza a concessão de regimes especiais para cumprimento de obrigações tributárias relacionadas ao ICMS, às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.
52	48.863/2024	19/07/2024	O decreto tem por objetio incoporar à legislação tributária as diposições do Convênio ICMS 167/19, que alterou o Convênio ICMS 64/06, disciplinando a operação de venda de veículo autopropulsado realizada por pessoa física que explore a atividade de produtor agropecuário ou por qualquer pessoa jurídica, com menos de 12 (doze) meses da aquisição da montadora, alterando os arts. 270 e 272 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
51	48.862/2024	16/07/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 55/24, de 10 de maio de 2024, que altera o Convênio ICMS 80/95, que autoriza a concessão de isenção do ICMS no recebimento de produtos importados do exterior, nas condições que especifica, para incluir o subitem 22.2 ao item 22 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, a fim de dispensar a entrada decorrente de importação do exterior amparada por Declaração Simplificada de Importação – DSI, em casos de calamidade pública reconhecidos em ato do poder público estadual ou federal. Inclui ainda o subitem 22.3 à Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 2023, para prever que, na hipótese do subitem 22.2, a prestação de serviço de transporte dos produtos será acobertada pela cópia da DSI.

	Decreto	Publicado em	Assunto
50	48.861/2024	16/07/2024	O decreto tem por objetivo regulamentar o Protocolo ICMS 12/24, que altera o Protocolo ICMS 40/19, que estabelece procedimentos diferenciados para a emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico - CT-e - relativo à prestação de serviço de transporte ferroviário de produtos destinados à exportação pelo Porto de Santos ou pelos demais portos da Baixada Santista.
49	48.860/2024	16/07/2024	O decreto altera o Código da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias/Sistema Harmonizado – NBM/SH, da mercadoria água de coco, nos termos Convênio ICMS 51/24, de 25 de abril de 2024 que deu nova redação ao Convênio ICMS 142/18, de 14 de dezembro de 2018.
48	48.855/2024	29/06/2024	O decreto: I – acrescenta o inciso III ao § 2º do art. 80 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para prever a hipótese de cancelamento de selos a pedido do estabelecimento envasador; II – altera o art. 7º do Decreto nº 48.722, de 21 de novembro de 2023, para estabelecer que a exigência do selo fiscal de que trata o caput do art. 80 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 2023, terá início somente a partir de 1º de setembro de 2024, atribuindo mais prazo para adaptação dos estabelecimentos envasadores ou comercializadores de água mineral natural, de água natural ou potável de mesa adicionada de sais, acondicionada em embalagem retornável com volume igual ou superior a quatro litros e os estabelecimentos gráficos às regras e procedimentos concernentes à fabricação e utilização do selo fiscal de controle e procedência da água.
47	48.847/2024	26/06/2024	O decreto altera o inciso I do art. 85 da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para prever como hipótese de descredenciamento do estabelecimento gráfico, o fornecimento de selos fiscais ou documentos fiscais sem autorização do Fisco ou em quantidade superior à prevista em documento autorizativo ao estabelecimento envasador.
46	48.835/2024	30/05/2024	O decreto tem por objetivo regulamentar o Protocolo ICMS 07/24, de 8 de abril de 2024, alterando o Capítulo 23 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos seguintes termos: 1) excluir o Estado do Rio Grande do Sul do âmbito de aplicação da substituição tributária de que trata o subitem 23.1, de acordo com a cláusula primeira do citado protocolo; 2) excepcionar o Estado de Pernambuco do âmbito de aplicação do item 2 em observância ao inciso II da cláusula segunda do referido protocolo.
45	48.834/2024	30/05/2024	O decreto visa prorrogar as disposições do Convênio ICMS 56/12, de 26 de junho de 2012, promovendo alteração no caput do art. 50 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023 para prorrogar, para até 30 de abril de 2026, a data de emissão dos documentos fiscais em relação aos quais poderá ser autorizado, mediante regime especial do Superintendente de Tributação, o creditamento de até 0,7% do valor do imposto destacado, em substituição ao estorno de débito do imposto e à recuperação do imposto destacado nos documentos fiscais previstos no art. 49 da referida parte, relativamente à modalidade de prestação de serviço de telecomunicação pós-pago.

	Decreto	Publicado em	Assunto
44	48.826/2024	22/05/2024	O decreto altera o item 154 , o subitem 154.1 e a alínea "b" do subitem 154.2 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Convênio ICMS 139/23, de 29 de setembro de 2023, que altera o Convênio ICMS nº 143/10, que autoriza as unidades federadas que menciona a isentar o ICMS devido na operação relativa à saída de gênero alimentício produzido por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e que se destinem ao atendimento da alimentação escolar nas escolas de educação básica pertencentes à rede pública estadual e municipal de ensino do Estado, decorrente do Programa Alimenta Brasil, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.
43	48.817/2024	10/05/2024	O decreto, com fundamento no art. 225 da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975 e na cláusula quinta do Convênio ICMS 188/17, altera o caput dos arts.1º e 29 da Parte 2 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para ajustar a carga tributária à alíquota de 18% (dezoito por cento), incidente sobre as operações internas com querosene de aviação adquirido por prestador de serviço de transporte aéreo de passageiros regular, classificado no código 5111-1/00 da CNAE, internalizando o disposto nos incisos VI e VII do art. 2º do Decreto nº 48.456, de 1º de julho de 2022, e consequentemente, o estabelecido nos arts. 1º e 2º da Lei Complementar Federal nº 194, de 23 de junho de 2022.
42	48.816/2024	10/05/2024	O decreto altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para: - regulamentar o Ajuste SINIEF 38/23, de 29 de setembro de 2023, que altera o Convênio s/nº, de 1970, de 15 de dezembro de 1970, de forma a retirar a exigência de que a entrega de operação a destinatário não contribuinte do ICMS em local diverso do endereço do destinatário seja em endereço de localizado neste Estado, desde que o novo endereço também seja de não contribuinte do imposto e cumpridos os demais requisitos que estabelece; - regulamentar o Ajuste SINIEF 28/23, de 29 de setembro de 2023, que altera o Ajuste SINIEF 11/11, que estabelece disciplina relacionada com as operações de retorno simbólico e novo faturamento de veículos autopropulsados, máquinas, plantadeiras, colheitadeiras, implementos, plataformas, e pulverizadores, na forma que específica.
41	48.814/2024	10/05/2024	O decreto, com fundamento no Convênio ICMS 202/23, de 21 de dezembro de 2023, prorroga para até 31 de dezembro de 2025, a redução da base de cálculo na operação de saída interestadual de gado bovino promovida por produtor rural localizado nos Municípios de Arinos, Buritis, Cabeceira Grande e Unaí, componentes da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – Ride, para abate em estabelecimento frigorífico localizado no Distrito Federal. Para tanto, altera o item 63 da Parte 1 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
40	48.812/2024	10/05/2024	O decreto tem por objetivo incluir ao Capítulo XVI da Parte 1 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, o art. 159-A para estabelecer como hipótese de base de cálculo do imposto devido a título de substituição tributária nas operações subsequentes com produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos, o preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador.
39	48.803/2024	23/04/2024	O decreto altera o item 2.0 do Capítulo 23 da Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para implementar alteração promovida pelo Protocolo ICMS 18/23, de 3 de julho de 2023, no Protocolo ICMS 20/05, de 11 de julho de 2005. Trata-se de inclusão no rol de produtos submetidos ao regime de substituição tributária dos preparados para fabricação de sorvetes em máquina classificados na posição 04.04 da NBM/SH, no CEST 23.002.00.

	Decreto	Publicado em	Assunto
38	48.802/2024	23/04/2024	O decreto estabelece que o volume máximo do produto resultante da mistura de óleo diesel "A" com biodiesel passível de aquisição, nos meses de maio a outubro de 2024, pelo prestador de serviço de transporte rodoviário público de passageiros, alcançado pelo desconto equivalente ao valor do crédito presumido do imposto concedido conforme item 36 da Parte 1 do Anexo IV do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, será o volume correspondente a um e meio do estabelecido para aquisição, nos meses de janeiro a abril de 2024, em portaria do Superintendente de Fiscalização. A minuta em tela altera ainda a alínea "b" do inciso IV do caput do art. 447 da Parte 1 do Decreto nº 48.589, de 2023, para a correta apuração do volume de combustível adquirido com benefício, haja vista a determinação de volume máximo passível de aquisição.
37	48.801/2024	23/04/2024	O decreto altera os §§ 2º e 3º do art. 90-B da Parte 1 do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para adequar a data de credenciamento dos contribuintes com estabelecimentos situados no Estado, com atividade principal classificada nos códigos: 6010-1/00, 6021-7/00, 6022-5/02, 6110-8/01, 6110-8/02, 6110-8/03, 6110-8/99, 6120-5/01, 6120-5/02, 6120-5/99, 6130-2/00, 6141-8/00,6142-6/00, 6143-4/00, 6190-6/01, 6190-6/02, 6190-6/99 ou 6319-4/00 da CNAE, tendo em vista que a Superintendência de Tecnologia da Informação – STI estabeleceu nova data para que o sistema autorizador da NFCom entre em operação.
36	48.794/2024	28/03/2024	Regulamenta os Protocolos ICMS 01/24 e ICMS 06/24, estabelecendo responsabilidade por substituição tributária aos contribuintes, situados no Estado de Santa Catarina, que promoverem operações com bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope, destinadas a contribuinte mineiro, e excluindo a responsabilidade por substituição tributária nas operações com vinhos de uvas frescas, incluindo os vinhos enriquecidos com álcool, e mostos de uvas, promovidas por contribuintes situados nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e destinadas a contribuinte mineiro.
35	48.793/2024	28/03/2024	Promove alterações no Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para incluir a alínea "c" ao inciso II do § 2° do art. 28 e revogar o § 1º do art. 49, ambos do seu Anexo III.
34	48.792/2024	28/03/2024	O decreto, com fundamento no Convênio ICMS 226/23, de 21 de dezembro de 2023, visa prorrogar as disposições de diversos convênios, promovendo alterações nos Anexos II, IV e X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
33	48.782/2024	29/02/2024	O decreto tem por objetivo alterar a alíquota do ICMS nas operações internas com álcool etílico hidratado combustível, de 11,63 % (onze inteiros e sessenta e três centésimos por cento) para 13,08 % (treze inteiros e oito centésimos por cento).
32	48.771/2024	1º/02/2024	Promove diversas alterações no Anexo VII do RICMS/2023, dentre as quais pode-se mencionar a criação de Códigos Especificadores da Substituição Tributária - CEST - específicos em relação às carnes de aves inteiras, com peso unitário superior a 3kg, e aos smartwatches, bem como as modificações necessárias em decorrência da criação dos referidos códigos, além da alteração dos âmbitos de aplicação 20.2, 21.4 e 22.1, pertencentes, respectivamente, aos Capítulos 20, 21 e 22, todos da Parte 2 do precitado anexo para excluir o Estado da Bahia dos mencionados âmbitos de aplicação, em virtude da celebração de protocolos e convênios no CONFAZ.
31	48.769/2024	30/01/2024	Equipara o tratamento tributário (alíquota de doze por cento) nas operações internas com veículos automotores elétricos e híbridos (vans, caminhões e chassis com motor), ao atual tratamento tributário previsto para os mesmos veículos equipados exclusivamente com os tradicionais motores de pistão, de ignição por compressão.

	Decreto	Publicado em	Assunto
30	48.768/2024	27/01/2024	Incorpora ao Regulamento do ICMS a disciplina das transferências de bem ou mercadoria entre estabelecimentos do mesmo titular, com não incidência do imposto, com a consequente transferência de créditos para o estabelecimento destinatário.
29	48.765/2024	23/01/2024	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 100/21, de 8 de julho de 2021, com as alterações do Convênio ICMS 145/23, de 23 de setembro de 2023, acrescentando o item.

2023

	Decreto	Publicado em	Assunto
28	48.752/2023	30/12/2023	O decreto tem por objetivo estabelecer que o volume máximo do produto resultante da mistura de óleo diesel "A" com biodiesel passível de aquisição, nos meses de janeiro a abril de 2024, pelo prestador de serviço de transporte rodoviário público de passageiros, alcançado pelo desconto equivalente ao valor do crédito presumido do imposto concedido conforme item 36 da Parte 1 do Anexo IV Decreto nº 48.589, de 2023, será o volume correspondente a dois terços do estabelecido para aquisição, nos meses de julho a dezembro de 2023, em portaria do Superintendente de Fiscalização.
27	48.751/2023	30/12/2023	Disciplina o tratamento tributário dispensado aos contribuintes do ciclo econômico do setor automotivo, indústria automobilística mineira, os ferramentistas, o fabricante de veículos e os sistemistas. A alteração promove o aperfeiçoamento da matéria visando garantir condições efetivamente competitivas à indústria automobilística mineira, envolvendo contribuintes desde os ferramentistas até o fabricante dos veículos, passando pelos sistemistas.
26	48.743/2023	29/12/2023	O decreto, com fundamento no Convênio ICMS 162/23, de 29 de setembro de 2023, que incluiu o Estado de Minas Gerais nas disposições do Convênio ICMS 181/17, de 23 de novembro de 2017, visa alterar o prazo de recolhimento do imposto devido a título de substituição tributária, na hipótese de atribuição da responsabilidade por substituição tributária à microempresa ou empresa de pequeno porte, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, para até o último dia do terceiro mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.
25	48.742/2023	29/12/2023	O decreto altera dispositivos do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que trata da transferência e utilização de crédito acumulado do imposto, visando ampliar as possibilidades de transferência/utilização de crédito acumulado de ICMS para pagamento de crédito tributário.
24	48.741/2023	29/12/2023	Corrige erros formais constatados em dispositivos do Decreto nº 48.589, de 2023, e regulamenta disposição do Ajuste SINIEF 37/19, para prever a possibilidade de emissão de NFC-e por contribuinte optante pelo regime do Simples Nacional, observado o disposto no Regime Especial da NFF.
23	48.737/2023	27/12/2023	A presente minuta altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para: I – corrigir omissão quando da edição do Decreto nº 48.589, de 2023, incluindo o XIX ao art. 92; II – regulamentar o Ajuste SINIEF 07/22, que institui a Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – NFCom, modelo 62, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Comunicação Eletrônica – DANFE-COM. III – regulamentar o Convênio ICMS 73/19, de 5 de julho de 2019, que revogou o Convênio ICMS 53/05, de 1º de julho de 2005, de forma a revogar o art. 45, alterar o título da Seção IV do Capítulo II e alterar o caput do art. 47, todos da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023.
22	48.731/2023	14/12/2023	O decreto acrescenta os itens 49 a 55 à Parte 2 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Convênio ICMS 134/23, de 6 de outubro de 2023, que altera o Convênio ICMS 34/22, que autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar do pagamento de ICMS diferido relacionado com a importação de mercadorias nos termos que especifica.

	Decreto	Publicado em	Assunto
21	48.730/2023	14/12/2023	O decreto regulamenta o Convênio ICMS 147/23 alterando o subitem 28.27 da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para estabelecer como limite máximo, na aquisição de veículo automotor novo por pessoa com deficiência física, visual ou mental severa ou profunda, com síndrome de Down ou autista, o preço ao consumidor sugerido pelo fabricante de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), incluídos os tributos incidentes, para fins de isenção parcial do ICMS relativo à operação, limitada à parcela de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), e vedar o fracionamento da nota fiscal.
20	48.727/2023	07/12/2023	Regulamenta o Convênio ICMS 171/23, de 21 de outubro de 2023, para promover alterações nas Partes 2 e 3 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 2023, visando sua adequação à nova redação da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, trazida pela Resolução GECEX nº 499, de 21 de julho de 2023.
19	48.722/2023	22/11/2023	Dispõe sobre o Selo Fiscal de Controle e Procedência da Água, tendo em vista que, para o controle e a fiscalização da confecção e do uso do selo fiscal, será utilizado o Sistema Integrado de Administração da Receita – Siare da SEF e, não mais, o sistema informatizado de gerenciamento e controle dos selos fiscais com integração ao sistema da SEF, que era de responsabilidade do estabelecimento gráfico.
18	48.716/2023	1º/11/2023	Disciplina a isenção do imposto nas operações destinadas à Fundação Cristiano Varella – Hospital do Câncer de Muriaé, nos termos autorizado pelo CONFAZ - Convênio ICMS 56/23.
17	48.705/2023	21/10/2023	O decreto tem por objetivo acrescentar o § 1º-A ao art. 64 do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para permitir a inscrição do estabelecimento de contribuinte do ICMS em estabelecimento de pessoa prestadora de serviços de escritórios virtuais e assemelhados (coworking), desde que a atividade do contribuinte não necessite de estrutura física organizada para produção ou circulação de mercadorias, bens ou serviços e o contribuinte mantenha contrato permanente para a utilização do serviço de escritórios virtuais e assemelhados.
16	48.704/2023	17/10/2023	O decreto altera a alínea "b" do subitem 154.1 do item 154 da Parte 1 e o item 36 da Parte 15, acrescenta os itens 265 e 266 à Parte 15 e revoga os itens 113 e 138 da Parte 10, todos do Anexo X (Das Isenções) do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar os Convênios ICMS 92/23, ICMS 101/23 e ICMS 105/23, todos de 4 de agosto de 2023.
15	48.702/2023	07/10/2023	Internaliza na legislação mineira a adoção do percentual estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, de forma que a carga tributária resulte em 17% (dezessete por cento) do valor da operação de importação, visando a simplificação do sistema, a celeridade do processo de importação, e, principalmente, proporcionando competitividade à produção nacional. A carga tributária de 17% incidirá em todas as compras internacionais realizadas por meio de plataformas de comercio eletrônico, inclusive nas compras com valor inferior a U$ 50 (cinquenta dólares), seguindo o Programa Remessa Conforme – PRC, instituído pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

	Decreto	Publicado em	Assunto
14	48.701/2023	04/10/2023	Estende o benefício do diferimento, previsto item 21 no Anexo VI do RICMS, para operação de saída de subprodutos industriais com destino à produtor rural, para uso na pecuária, aquicultura, cunicultura e ranicultura, à cooperativa de produtores e à fabricante de ração balanceada. Tal medida tem por objetivo dar maior estímulo a estas atividades importantes para a economia do Estado de Minas Gerais e foi objeto de decisão da Comissão de Política Tributária – CPT, em reunião realizada em 11 de agosto de 2023 e convalida os procedimentos adotados pela refinaria de petróleo ou suas bases, CPQs, UPGNs, formuladores, importadores de combustíveis, distribuidoras e TRRs, decorrentes das inconsistências apresentadas nas versões do programa SCANC, relativas aos fatos geradores do período de maio a agosto de 2023, observadas as disposições estabelecidas no Convênio ICMS 111/23, de 4 de agosto de 2023.
13	48.700/2023	30/09/2023	O decreto regulamenta as alterações efetivadas no Convênio ICMS 102/17, na redação dada pelo Convênio ICMS 106/23, na Parte 2 do Anexo VII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, notadamente para excluir o Estado de Rondônia do âmbito de aplicação da substituição tributária dos itens 1.0, 2.0, 4.0, 7.0 e 8.0 do Capítulo 16 da referida Parte 2.
12	48.696/2023	22/09/2023	O decreto altera os artigos 260 e 261 da Parte 1 do Anexo VIII do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar Convênios ICMS 51/00, de 15 de setembro de 2000, ICMS 19/15, de 22 de abril de 2015, e ICMS 111/22, de 1º de julho de 2022, que alteraram o Convênio ICMS 51/00, que estabelece disciplina relacionada com as operações com veículos automotores novos efetuadas por meio de faturamento direto para o consumidor.
11	48.695/2023	21/09/2023	Disciplina o Protocolo ICMS 17/23, de 30 de junho de 2023, que alterou os procedimentos que disciplinam a remessa de mercadoria destinada à formação de lote em recinto não alfandegado situado no Estado do Espírito Santo, e revogou o Protocolo ICMS 38/08, de 4 de abril de 2008, que antes disciplinava a mesma matéria.
10	48.694/2023	21/09/2023	O decreto altera a alínea “d” do subitem 83.3 e revoga o subitem 83.8 e a alínea “c” do item 83.13, todos da Parte 1 do Anexo X do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, utilizando da prerrogativa de que trata a cláusula décima do Convênio ICMS 38/01. Desse modo, a não apresentação da Nota Fiscal deixará de ser um requisito para reconhecimento da isenção do ICMS (subitem 83.8) bem como deixará de ser uma sanção por descumprimento de obrigação acessória (alínea “c” do subitem 83.13), passando a ser, exclusivamente, um requisito para o reconhecimento da isenção do IPVA, conforme previsto no § 6º do art. 9º do RIPVA/2003
9	48.689/2023	15/09/2023	O decreto altera a redação do art. 130 do Decreto nº 48.589, de 2023, para estabelecer que a autorização para desembaraço aduaneiro com o diferimento do imposto fora do Estado de Minas Gerais, se refere às operações de determinado importador pelo prazo estabelecido, e que produzirá efeitos até a decisão de novo pedido de autorização, desde que o pedido tenha sido protocolizado durante o período de vigência da autorização.
8	48.688/2023	15/09/2023	O decreto altera dispositivos do Anexo V do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, para regulamentar o Ajuste SINIEF 10/23, de 14 de abril de 2023, e promove alteração na redação do art. 163 do mesmo decreto em razão de erro existente quando de sua publicação.

	Decreto	Publicado em	Assunto
7	48.683/2023	02/09/2023	Alteração de regras relativas a transferência de crédito acumulado do ICMS para estabelecimento que seja centro de distribuição de rede varejista de medicamentos.
6	48.682/2023	02/09/2023	O decreto, com fundamento no § 4º do art. 8º da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, e no Convênio ICMS 33/96, de 31 de maio de 1996, altera o subitem 2.2.2 da Parte 2 do Anexo II do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o ICMS, para ajustar a classificação para o código NBM/SH 7214.91.00, com a descrição "de seção transversal retangular", para efeito da correta aplicação da redução da base de cálculo.
5	48.677/2023	30/08/2023	O decreto atualiza, aprimora e corrige dispositivos do Anexo III do Decreto nº 48.589, de 2023, que versam sobre obrigações acessórias.
4	48.672/2023	09/08/2023	O decreto altera o item 51 da Parte 1 do Anexo VI do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para incluir o produto cavaco, obtido subsequentemente ao corte, no mesmo local deste ou em área diversa, através da colheita de floresta plantada.
3	48.648/2023	07/07/2023	Revoga o subitem 4.7 e o item 6 da Parte 1 do Anexo I do Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que estabelecem alíquotas de 12% e 16% nas operações com álcool carburante, e o Decreto nº 48.461, de 18 de julho de 2022, que estabelece alíquota do ICMS nas operações com Álcool Etílico Hidratado Combustível – AEHC em 9,29%.
2	48.646/2023	1º/07/2023	Corrigir e adequar dispositivos que constavam do Regulamento do ICMS – RICMS/2002, bem como regulamentar normas publicadas pelo CONFAZ posteriormente à publicação do referido Decreto nº 48.589, de 2023 – RICMS/2023.
1	48.645/2023	1º/07/2023	O decreto tem por objetivo alterar a alíquota do ICMS nas operações internas com álcool etílico hidratado combustível, de 9,29 % (nove inteiros e vinte e nove centésimos por cento) para 11,63 % (onze inteiros e sessenta e três centésimos por cento).